

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 114

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ

-----Aos vinte e três dias do mês de Setembro de dois mil e dez, pelas quinze horas reuniu ordinariamente na sua sede em Caldas da Rainha, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste-----

-----Estiveram presentes os Senhores: Carlos Manuel da Cruz Lourenço, Presidente do Conselho Executivo e Presidente da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, Dr. Paulo Jorge Inácio e José Manuel Dias Custódio, Vice-Presidentes do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste, e Presidentes das Câmaras Municipais de Alcobaça e Lourinhã respectivamente..-----

-----Estiveram ainda presentes os Senhores: José Manuel Gonçalves Vieira, António Lopes Bogalho e Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidentes das Câmaras Municipais de Alenquer, Bombarral, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, respectivamente.-----

----- Estiveram também presentes os Vice-Presidentes, Dr. João António Silva Hermínio, Dra. Eugénia Correia Sousa e Dra. Mafalda Tavares, das Câmaras Municipais de Alenquer, Cadaval, e Nazaré, respectivamente.-----

-----Participaram ainda na reunião os Senhores Vereadores: Dr. Hugo Oliveira, Pedro Félix e Dr. Jorge Abrantes, das Câmaras Municipais de Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche.-----

-----Participou ainda na reunião o Dr. André Rocha de Macedo, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste.-----

-----Secretariaram a reunião, Maria de Jesus, Assistente Técnica e Dra. Luísa Barata, Técnica Superior da Comunidade Intermunicipal do Oeste.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----Ponto Um – Reafecção de verbas no âmbito da Contratualização-----

-----Ponto Dois – Situação Financeira da OesteCIM-----

Comunidade Intermunicipal do Oeste


Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 115

-----**Ponto Três - Informações**-----

-----**Ponto Quatro - Outros Assuntos de Interesse Regional**-----

----- **Ponto Um – Reafecção de verbas no âmbito da Contratualização**-----

-----O Dr. André Macedo, leu a todos os membros a informação da Estrutura de Apoio Técnico nº 010/106, datada de 20.09.2010, relativamente ao “*Contrato de delegação de competências com subvenção global – Contratualização Mais Centro Reafecção financeira entre tipologias e regulamentos contratualizados*”, que se transcreve na integra:-----

-----“*No âmbito das medidas previstas no Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para promover a execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN, após solicitação do Mais Centro, e na sequência de vários contactos estabelecidos por esta CIM com os Municípios, procedeu-se à elaboração de uma proposta de reafecção de verbas contratualizadas que assenta nos seguintes fundamentos:*-----

- *Aumento das taxas de co-financiamento para 80% no âmbito do POR;* -----
- *Aumento do financiamento dos Centros Escolares;*-----
- *Flexibilização da utilização das dotações contratualizadas.*-----

-----*Assim, dando cumprimento às orientações do Mais Centro, e de acordo com as informações disponibilizadas pelos municípios, apresentou-se uma proposta de reafecção de verbas que numa primeira fase visou fundamentalmente reforçar o Regulamento da Educação, bem como reafectar verbas entre tipologias do Regulamento do Ciclo Urbano da Água, com o reforço do investimento corpóreo de redes de abastecimento de água. Nesta segunda fase, as propostas de reafecção financeira dos valores contratualizados incidem não só, no reforço do financiamento dos Centros Escolares, mas também na flexibilização das dotações contratualizadas com o município entre regulamentos e tipologias, conforme apresentado no quadro de Reafecção da Contratualização por Município e o quadro resumo das Reafecções por Regulamento (e respectivas tipologias) - que se apresentam em anexo.*-----

-----*Realça-se que o montante global da Contratualização não pode sofrer qualquer alteração com as propostas apresentadas pelos municípios.*-----

-----*Face ao exposto e tendo em conta os quadros apresentados, propõe-se:*-----

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 116

- 1 – Aprovação das reafecções financeiras apresentadas;-----*
- 2 – Aprovação da contratualização de uma nova tipologia no Regulamento da Energia e respectiva reafecção das dotações financeiras do regulamento Optimização da Gestão de Resíduos e de outras tipologias do Regulamento da Energia;-----*
- 3 – Definição da reafecção financeira de 2.302.029,60 € que correspondem à Reprogramação dos Centros Escolares do Município de Óbidos (já aprovados pela Comissão Directiva do Mais Centro), um vez que o Município não procedeu, na devida altura, à referida reafecção de verbas com base nos montantes contratualizados que lhes estão afectos;-----*
- 4 – Clarificação do procedimento a adoptar quando os municípios já não dispõem de dotação financeira afecta para fazer face às candidaturas submetidas.”-----*
- De seguida a Técnica Superior, Dra. Zita Tomás deu explicação pormenorizada quanto à forma de cálculo apresentada, Município a Município, dos mapas anexos à presente informação, cuja cópia dos mesmos, ficarão apensos à presente acta.-----
- Seguiram-se as intervenções dos membros presentes, nomeadamente:-----
- Presidente do Conselho Executivo – O Sr. Presidente, Carlos Lourenço, referiu que o importante é que, cada Município independentemente da afectação que quiser nos diversos eixos, execute o mais rápido possível, dentro dos parâmetros globais que lhe foram atribuídos.-----
- A Dra Zita Tomás esclareceu, que nesta fase o regulamento das escolas “foi encerrado” com 33 M€ de candidaturas aprovadas e que não se perspectiva mais nenhum reforço. Assim quando se prevê um aumento das taxas de comparticipação este terá que sair dos valores totais contratualizados com a CIM. Foi por essa razão que alguns Municípios fizeram reafecções dos seus valores contratualizados para o regulamento das escolas – fazer face às reprogramações das candidaturas que cada um tem de Centros Escolares.-----
- Contudo, nem todos os Municípios procederam da mesma forma e as reprogramações dos seus Centros Escolares foram suportadas pelas reafecções de verbas efectuadas por outros. Estas reprogramações são de candidaturas submetidas directamente ao Mais Centro.-----
- O Mais Centro desconhece as reafecções por Município, dispondo apenas da informação por Regulamento e havendo saldo, aprova as reprogramações independentemente de quem contribui para o aumento do saldo do Regulamento.-----
- Em consequência, Municípios que contribuíram para o saldo do Regulamento, poderão não ter

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 117

verbas para fazer face às suas expectativas, porque houve outros Municípios, que utilizaram o saldo existente no regulamento sem terem contribuído para ele.-----

-----O Município que teve reprogramações aprovadas sem ter contribuído para o reforço do saldo das escolas foi Óbidos.-----

-----A Dra. Zita Tomás realçou a importância de ficar esclarecido e definido o que fazer à reafecção do Município de Óbidos e o que fazer, quando se verifica que há Municípios que podem neste momento ter intenção de apresentar candidaturas, que vão para além do valor que têm contratualizado, sendo importante tentar resolver esta situação.-----

-----A situação de Óbidos, não foi detectada porque as candidaturas das Escolas foram apresentadas directamente ao Mais Centro e as reprogramações não passam pela OesteCIM, fora esta excepção, outras situações, são detectadas porque é feito o controlo e pode-se verificar se o Município tem saldo disponível. Aquando da não existência de saldo, é colocada à consideração do Conselho Executivo, para verificar qual o tipo de reafecção que se pretende dar à candidatura de cada Município. -----

-----Segundo informação recolhida pelo Mais Centro, a reprogramação, já está aprovada, e até à data o Município de Óbidos ainda não fez a reafecção dos montantes necessários para a suportar. Neste momento, o Município de Óbidos tem um Saldo de 1.500 M€, que poderá reafectar e passar para as Escolas.-----

-----Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras – Refere que o Município de Óbidos não pode ser beneficiado, considera a situação grave porque se não houver reforço da contratualização, o Município de Óbidos vai ficar com 800 mil euros a mais, pois foi buscar acima do que estava contratualizado com o Município. Diz não querer ser céptico, mas foi-lhe transmitido pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, existirem muitas dúvidas quanto a reforços para os Municípios, dada a baixa taxa de execução a nível nacional, e sem essa execução não haverá reforço.-----

-----Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã – Salieta que terá que haver saída, propondo assim que o Município de Óbidos se comprometa a reafectar do que dispõe para as Escolas e a OesteCIM que tome decisão no sentido de emprestar/ceder um saldo de 800 mil euros do valor contratualizado afecto à OesteCIM, que depois devolverá aquando do reforço da contratualização, uma vez que a reprogramação da Escola de Óbidos, por ser uma obra já quase concluída,

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 118

corresponde a execução.-----

-----Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras – Interveio dizendo que se algum parceiro não fizer reafecções, as suas são todas nulas, não faz quaisquer reafecções, ficando com saldo negativo como os outros Municípios. Deu indicação para se retirarem verbas dos Museus para reforçar as Escolas, se algum Município não o fizer e se alguém o permitir, essa ordem será cancelada. Que fique bem claro que arranjar soluções para justificar o injustificável, não aceita. São as verbas dos outros Municípios que estão em causa para o futuro.-----

-----Questiona assim a razão pela qual o Município de Óbidos não reafectou verbas, tendo o Sr. Vereador, Pedro Félix, da Câmara Municipal de Óbidos, objectado não estar de momento em condições de responder às questões levantadas.-----

-----Dr. André Macedo – Interveio dizendo que perante a regra já estabelecida em reunião do Conselho Executivo, o Município de Óbidos terá que obedecer a essa regra, ou seja, ir buscar ao seu contratualizado.-----

-----Vereador da Câmara Municipal de Peniche – O Dr. Jorge Abrantes considera que, no caso de se fazer um “empréstimo” ao Município de Óbidos com verbas reafectadas pela OesteCIM para o Regulamento das Escolas, especificamente para o Município de Peniche, mas que ainda não foram utilizadas, o Município de Peniche refere que gostaria que ficasse registado em acta a manutenção desse compromisso.-----

-----Vereador da Câmara Municipal de Caldas da Rainha - O Dr. Hugo Oliveira alertou que, consoante a decisão que for tomada hoje (os 800 mil euros que se vai buscar a outros projectos da OesteCIM, para emprestar a Óbidos), há que ter em conta que não havendo reforço da contratualização os Municípios ficarão sem uma verba que é de todos.-----

-----De seguida o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade submeter à aprovação a informação nº 10/106, da Estrutura de Apoio Técnico, nos seus pontos:-----

1 - Aprovado.-----

2 – Aprovado.-----

3 – O reforço é feito em 1º lugar pela dotação financeira contratualizada afecta ao Município transferindo essa dotação financeira para as reprogramações das candidaturas dos Centros Escolares.-----

-----A fim de suportar o défice que ainda resulta das reprogramações dos Centros Escolares depois

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 119

do total de reafecção da dotação financeira contratualizado do Município de Óbidos, foi deliberado que esse montante (749.280,80 €) seria disponibilizado pelas verbas contratualizadas da CIM que foram reafectas para os Centros Escolares.-----

4 – Procedimento a adoptar consoante cada caso apresentado em Conselho Executivo da OesteCIM.-----

-----Ponto Dois – Situação Financeira da OesteCIM-----

-----Foi distribuído a todos os presentes o officio e respectivo mapa relativo ao pagamento das participações dos Municípios, tendo o Dr. André Macedo feito uma explicação e referido Município a Município, no cumprimento do respectivo Plano de Pagamentos.-----

-----O Dr. André Macedo, alertou para os problemas financeiros da OesteCIM, tendo sido distribuído o Mapa de Previsão de Tesouraria e feito um resumo do mesmo aos membros presentes, informando que a OesteCIM está a fazer um enorme esforço para redução da despesa e rentabilizar o máximo de projectos na OesteCIM. O Dr. André Macedo solicitou assim o apoio por parte dos Municípios, no pressuposto que a OesteCIM prestará o melhor serviço aos Municípios. ---

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã, salientou a sua satisfação pelo trabalho apresentado, bem como dos elementos financeiros disponibilizados aos Municípios. -----

-----Ponto Três – Informações -----

-----Reunião da Comissão da OesteCIM com os Grupos Parlamentares-----

-----O Dr. André Macedo deu nota da reunião aos Senhores Presidentes, da deslocação à Assembleia da República da Comissão da OesteCIM, no passado dia 23 de Setembro. Esta Comissão nomeada por deliberação da Assembleia Intermunicipal na sua reunião de 23 de Junho, em Alenquer, constituída pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, por um representante do PSD, um representante do PS, um representante da CDU e um representante do CDS-PP que por motivos profissionais não pode estar presente. Integra ainda a Comissão, o Senhor Presidente do Conselho Executivo da OesteCIM, Carlos Lourenço, o Vice-Presidente, Dr. Paulo Inácio e o Secretário Executivo da OesteCIM, Dr. André Macedo.-----

-----A Comissão foi recebida pelos Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda, do Partido Social Democrata, do Partido Comunista Português e do Partido Socialista. A reunião teve como principal objectivo sensibilizar os Grupos Parlamentares para o facto do grau de execução do Programa de Acção do Oeste ser manifestamente insuficiente e muito aquém do pretendido e desejado pelos

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 120

Oestinos.-----

-----O Dr. André Macedo, passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, tendo este referido a boa receptividade manifestada ao assunto, por parte dos Grupos Parlamentares. Transmitiu ainda a todos os presentes, que além de toda a preocupação manifestada aos Grupos Parlamentares, sobre as medidas compensatórias da OTA, entende já não fazer muito sentido continuar a reforçar a “tónica” das medidas compensatórias da OTA, mas sim reforçar as medidas de compensação que se impõem há muito para uma Região que tem sido há décadas discriminada negativamente, sendo uma área importante regional do país e que deve ser vista de uma outra forma. Esta sistemática terminologia pode ser contra procedente para os Municípios.-----

-----Presidente da Câmara Municipal de Lourinhã – Concorda com o colega de Alcobaça, mas entende que se deve continuar a reivindicar junto do Governo, o que foi assinado, que é o Programa de Acção do Oeste.-----

-----Ficou assente que o Conselho Executivo irá fazer um ponto de situação com a actualização do estado de execução das várias acções e que a enviará para os vários Grupos Parlamentares.-----

-----Recolha Selectiva de Resíduos -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras alertou os presentes, para o facto de ter conhecimento que possivelmente a empresa Valorsul, no futuro não efectuará a recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos, pelo que ficou decidido que deverá ser elaborado um Estudo relativo à recolha generalizada dos Resíduos Sólidos Urbanos incluindo, os resíduos indiferenciados e os de recolha selectiva.-----

-----O Conselho Executivo deliberou agendar este assunto para a próxima reunião.-----

-----Correspondência-----

-----Foi presente o ofício da Pisoeste,EEIM, referência 584/2010, datado de 20 de Setembro de 2010, anexando o parecer do Fiscal Único sobre a situação financeira Semestral e Relatório 1º Semestre 2010.-----

-----O Conselho Executivo tomou conhecimento.-----

-----Ofício da Câmara Municipal de Torres Vedras, referência 15200, datado de 13 de Setembro de 2010, anexando cópia do ofício enviado a S.E. a Ministra da Saúde sobre o Hospital Oeste Norte/Hospital Oeste Sul.-----

----- O Conselho Executivo tomou conhecimento..-----

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Conselho Executivo

Acta nº 16/ 2010 Reunião de 23.09.2010

Fl 1 2 1

-----**ENCERRAMENTO**-----
-----O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas quarenta e cinco minutos da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que, para efeitos imediatos, foi totalmente aprovada em minuta no final da mesma, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Oeste, publicada no Diário da República, 2ª série, n.º 235, de 4 de Dezembro de 2008, a qual vai ser assinada pelo Presidente e Vice-Presidentes do Conselho Executivo.-----